

SUMÁRIO EXECUTIVO

Microrregião Central Serrana

Parte da coletânea de resumos das
microrregiões do estado do Espírito Santo.



Social



Econômico



Ambiental



Território



Gestão
Pública

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou do Governo do Estado do Espírito Santo.

REITOR UFES

Paulo Sérgio de Paula Vargas

REITOR IFES

Jadir Jose Pela

COORDENADOR REGIONAL

Leonardo Bis dos Santos

EQUIPE

Robson Malacarne - Coordenador
Adjunto – Logística
Arnaldo Henrique de Oliveira Carvalho –
Agricultura
Bianca Passos Arpini - Economia
Camila Dalla Brandão - Inovação e
Economia Criativa
Carla Rocha Sousa - Meio Ambiente
Cássia Coppo Felisberto - Turismo
Charles Moreto - Local Santa Teresa
Diones Augusto Ribeiro - Local Centro
Serrano
Elka Schueler Domingues -
Geoprocessamento
Emanuel Vieira de Assis - Agenda Social
Evandro de Andrade Siqueira - Local
Venda Nova do Imigrante
Joana Angélica Adão Bernardes -
Administrativo
Leonardo Lopes - Cultura
Marcos Antonio Sattler - Local Alegre
Maria Claudia Lima Couto - Local Ibatiba
Mariana Luz Patez - Educação
Marlen Vazzoler - Agricultura
Nathalia Brunet Procópio da Silva -
Cultura
Rayssa Pereira Do Nascimento Mendes -
Agenda Social
Áquila Filipi Silva e Vieira - Iniciação
Científica
Camilla Queiroz Machado Pimentel -
Iniciação Científica
Caroline Santos Silva - Iniciação Científica
Ingrid de Fátima do Espírito Santo de
Jesus – Iniciação Científica Voluntária
Isaque Vieira Rozemberg - Iniciação
Científica
Jhenefer Cristina Tolentino - Iniciação
Científica
Kassia Silva Brandão - Iniciação Científica
Lucas Alves do Nascimento - Iniciação
Científica
Mariana da Silva Cazé - Iniciação Científica
Pedro Guedes Ribeiro - Iniciação
Científica
Rafael Souza Pinto - Iniciação Científica
Tamyres Batista Costa - Iniciação
Científica

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO**

José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA

Jacqueline Moraes da Silva

**SECRETARIA DE ECONOMIA E
PLANEJAMENTO – SEP**

Alvaro Rogério Duboc Fajardo

**INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
– IJSN**

Diretor Presidente

Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas

Latussa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos

Especiais

Pablo Silva Lira

Coordenação Geral

Latussa Laranja Monteiro

Coordenação Técnica

Livia Maria Albertasse Tulli

Coordenação Institucional

Michele Gasparini de Miranda

Sumário

1. Apresentação	4
2. Introdução Geral/Premissas	4
3. Desafios e potencialidades da microrregião Central Serrana.....	7
4. Evidências da participação	10
4.1 Apontamentos e discussões nas câmaras temáticas/CDRS/2019 e 2020 ...	11
5. Evidências integradas para o plano de ação.....	11
5.1 Considerações acerca das questões do território/infraestrutura	12
5.2 Considerações acerca das questões sociais	14
5.3 Considerações acerca das questões econômicas.....	18
5.4 Considerações acerca das questões ambientais	21
5.5 Considerações acerca da gestão pública	23
6. Considerações finais.....	24
7. Referências bibliográficas	24

1. Apresentação

Este documento organiza as informações que foram levantadas a partir do diagnóstico integrado do Plano de Desenvolvimento Sustentável – PDRS, designado no Convênio de Cooperação Técnica 001/2020, que tem como co-partícipes a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado do Espírito Santo (FAPES), a Secretaria de Economia e Planejamento (SEP), a Secretaria de Ciência Tecnologia Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico (SECTIDES), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes).

2. Introdução Geral/Premissas

A presente pesquisa teve por objetivo levantar dados para composição do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Estado do Espírito Santo – PDRS/ES, especialmente com o foco voltado para a microrregião Central Serrana, composto pelos seguintes municípios:

Municípios que compõem a microrregião Central Serrana

REGIAO DE PLANEJAMENTO	MUNICIPIOS
CENTRAL SERRANA	Itaguaçu, Itarana, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Santa Teresa

Para fins de melhor compreensão do presente documento apresenta-se o significado dos termos a seguir:

Termos relevantes da pesquisa*

Ideias-força	Conjunto de conceitos que balizam a pesquisa, a fim de testar as hipóteses de investigação e conferir sinergia entre as áreas temáticas. Nesta pesquisa são 5 ideias-força: 1) Economia e grupos sociais invisibilizados – foco em identificar e analisar práticas econômicas (troca direta de mercadorias – produtos agrícolas por produtos industrializados, por exemplo – ou outras maneiras que movimentam fluxos econômicos não necessariamente financeiros nas microrregiões), setores e segmentos produtivos não identificados em estudos pretéritos, bem como mapear grupos sociais invisibilizados nas microrregiões. 2) Fronteira – diferentemente dos limites políticos-administrativos, busca-se a partir dessa ideia força mapear os
--------------	--

	fluxos culturais, de poder, genéticos e econômicos, levando em consideração os polos de atração existentes no território alvo dessa investigação ou em relação com outros dentro e fora do estado do Espírito Santo. 3) Capital social e Governança – força motriz baseada nas relações de poder no território, capazes de movimentar demandas de grupos sociais específicos (reconhecimento a partir de poderes que não necessariamente passam pela esfera econômica) e as formas de gestão do território, nos aspectos macro e microssociais. 4) Inovação – inovação e invenção nas várias dimensões (produtos, processos e gestão). A inovação pode representar a dependência de um conhecimento novo e aplicado, gerando valor para alguém, para uma sociedade ou até mesmo para o mundo. O conceito de inovação é ainda entendido a partir da combinação de conhecimentos complementares, adjacentes e/ou sinérgicos com aplicação prática e útil para um processo organizacional ou para um público específico. 5) Conflitos sociais – foco nas contradições sociais manifestada a partir do conflito de interesses na apropriação do espaço e dos recursos ambientais. Tais conflitos perpassam as dimensões culturais e econômicas, atravessados pelas relações de poder.
Território	Espaço delimitado que estabelece conexão com outros territórios, atravessado por fluxos culturais, genéticos, econômicos e ambientais, em interação constante entre as escalas locais e globais. Trata-se de perceber o espaço para além de sua configuração física, mas perpassado por relações de poder.
Desenvolvimento Sustentável	O conceito de desenvolvimento sustentável é extremamente complexo de ser definido, dada sua amplitude e, principalmente, polissemia. De maneira bastante sucinta, o entendimento de desenvolvimento regional sustentável requer necessariamente uma maior equidade social (combate às desigualdades sociais), com comprometimento com a conservação do meio ambiente e ampliação da qualidade de vida dos habitantes. No contexto desse projeto de pesquisa partimos de duas questões centrais: 1 - Como promover o desenvolvimento econômico - ampliação da renda - com vistas ao combate às desigualdades sociais e com compromisso com a conservação do meio ambiente? 2 - Como ampliar a qualidade de vida do maior número possível dos habitantes de uma região?

** Esses termos foram mais detalhadamente discutidos in: SANTOS, Leonardo Bis dos; MALACARNE, Robson. Desenvolvimento Regional Sustentável: revisar conceitos para construir novas alternativas. Curitiba: CRV, 2020.*

HIPÓTESE DE TRABALHO

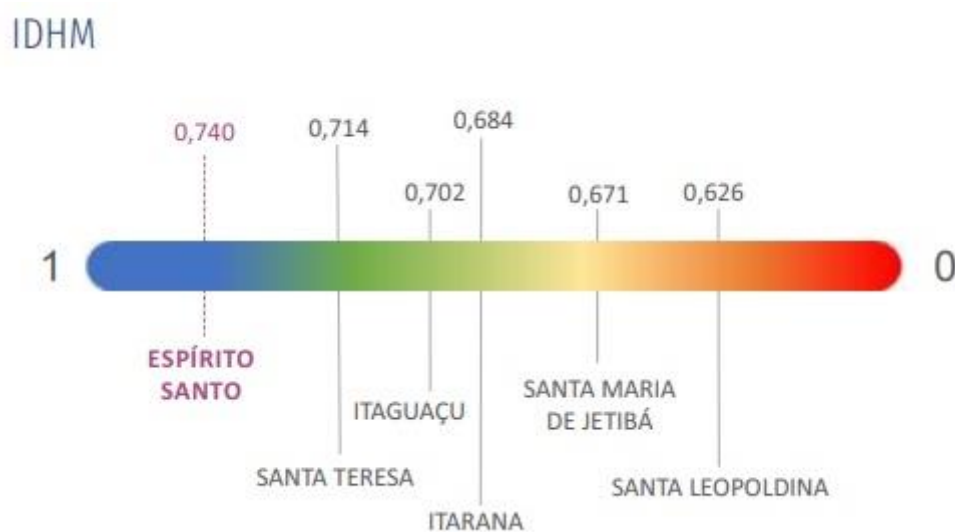
De acordo com estudo recente, publicado em janeiro de 2020, “a crescente desigualdade em países desenvolvidos e em desenvolvimento pode exacerbar as divisões e desacelerar o desenvolvimento econômico e social” (ONU, 2020). Nesse sentido, qualquer reflexão acerca de desenvolvimento regional sustentável deve partir do interesse em **promover uma sociedade mais socialmente equânime, visando avanços na qualidade de vida dos habitantes**. Adicionamos à essa fórmula o compromisso com a conservação do meio ambiente, a fim de reforçar o caráter da sustentabilidade de um sistema socioeconômico local e suas inter-relações regionais, nacionais e globais.

Os planos de desenvolvimento já produzidos, de um modo geral, utilizam o modelo clássico de abordagem por intermédio dos arranjos produtivos locais - APL. Sem desmerecer essa abordagem, partimos do pressuposto que o foco da pesquisa deve ser o território, dada sua complexidade, uma vez que os APL são instrumentos de análise que focam em determinadas agendas econômicas, contribuindo para a invisibilidade de outras tantas. No sentido de estar atento aos movimentos globais de valorização da diversidade, da inovação e da criatividade, e da sustentabilidade socioambiental, entende-se que um território vai fomentar o desenvolvimento com sustentabilidade traçando metas que almejem a geração de renda, combatendo as desigualdades sociais de várias ordens (econômica, cultural e política), com compromisso com a conservação do meio ambiente.



3. Desafios e potencialidades da microrregião Central Serrana

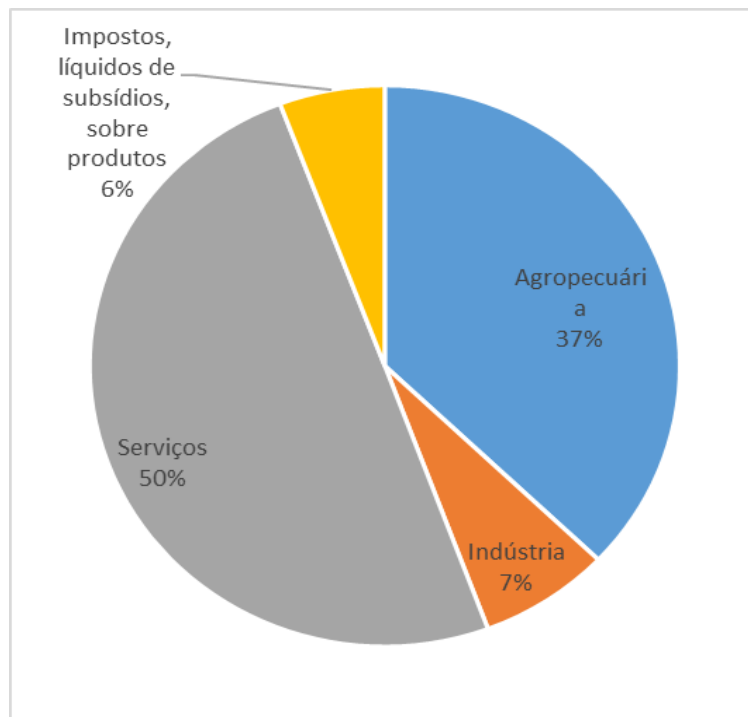
Situação sintética da microrregião, mensurada pelo IDHM



Fonte: Atlas Brasil 2010 apud Panorama das Microrregiões capixabas
(http://www.ijsn.es.gov.br/images/files/projetos/desenvolvimento_regional/Panorama_Microrregiao_Central_Serrana.pdf).

Vale ressaltar que todos os municípios da microrregião Central Serrana apresentam IDHM menores que a média do estado. O IDHM é mensurado a partir de dados da longevidade, educação e renda de um município.

Composição do PIB setorial na microrregião Central Serrana – 2017



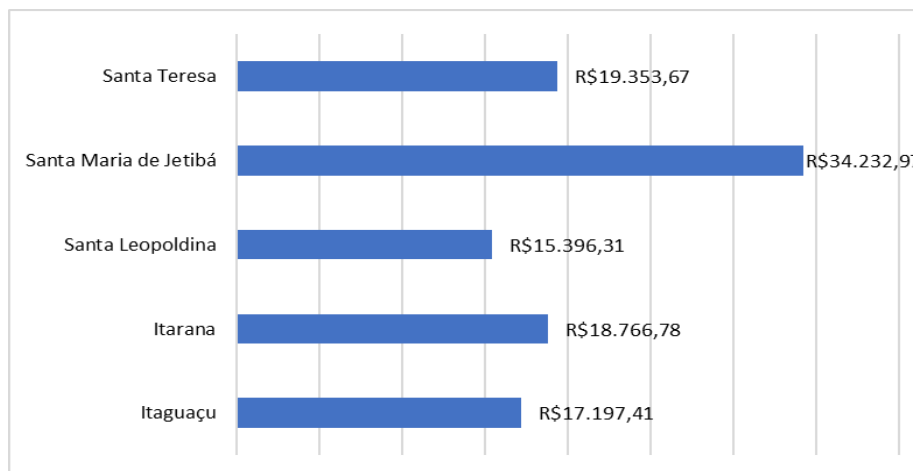
Fonte: IJSN e IBGE (2017).

Componentes do PIB na microrregião Central Serrana – 2017

Componentes	Valor (milhões R\$)	Part. %
Agropecuária	R\$ 926,59	37,13
Indústria	R\$ 179,57	7,19
Serviços	R\$ 1.245,21	49,89
Serviços, exceto Adm pública	R\$ 820,04	32,86
Administração pública	R\$ 425,17	17,04
Impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos	R\$ 144,45	5,79
PIB a preços correntes	R\$ 2.495,82	100,00

Fonte: IJSN e IBGE (2017).

PIB per Capita dos municípios da microrregião Central Serrana – 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IJSN e IBGE (2017).

Empregos formais por município da Microrregião Central Serrana

	2015	2016	2017	2018
Itaguaçu	1.500	1.422	1.492	1.519
Itarana	1.560	1.461	1.534	1.598
Santa Leopoldina	1.158	1.100	1.145	1.095
Santa Maria de Jetibá	6.820	6.967	7.436	7.762
Santa Teresa	4.522	4.527	4.389	4.429
Microrregião Central Serrana	15.560	15.477	15.996	16.403

Fonte: RAIS/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (Ministério da Economia)

Elaboração da Coordenação de Estudos Econômicos (CEE) – IJSN.

Empregos formais na microrregião Central Serrana por setores

	Extrativa mineral	Indústria de transformação	SIUP	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária
2015	122	1.686	61	1.165	3.740	2.596	3.767	2.423
2016	109	1.734	107	1.068	3.899	2.742	3.346	2.472
2017	92	1.769	93	854	4.030	2.761	3.715	2.682
2018	90	1.655	63	922	4.193	2.916	3.744	2.820
Variação								
Total								
Absoluta	-32	-31	2	-243	453	320	-23	397
2018/2015								
Total								
Relativa	-26,23%	-1,84%	3,28%	-20,86%	12,11%	12,33%	-0,61%	16,38%
2018/2015								

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da RAIS/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (Ministério da Economia) e da Coordenação de Estudos Econômicos (CEE) – IJSN.

A partir das discussões realizadas pelos Conselhos de Desenvolvimento Regional Sustentável – CDRS em 2019, com base nos dados da microrregião, foram elencados desafios e potencialidades da microrregião Central Serrana. O trabalho desenvolvido no ES 2030 facilitou a identificação de informações sobre desejos e potencialidades no percurso.

Desejos e Potencialidades ES 2030 – Microrregião Central Serrana

Usar de forma sustentável os ativos naturais: cobertura vegetal, mananciais hídricos e paisagens.

Oferecer educação para o trabalho e o empreendedorismo (associativismo e cooperação).

Usufruir da facilidade da integração logística da microrregião com regiões próximas.

Aproveitar os investimentos em regiões próximas (infraestrutura, gás e petróleo), com consequente aumento da renda média de suas populações, gerando demanda potencial para o agroturismo, produção familiar e turismo ecológico.

Explorar negócios ligados aos recursos naturais (biodiversidade), com desenvolvimento de pesquisas e geração de novos conhecimentos e tecnologias.

Fonte: ES 2030, p. 56.

4. Evidências da participação

A pesquisa empírica empreendida aqui – uma das bases dessa investigação, juntamente com a análise documental e de dados secundários – combinou métodos qualitativos e quantitativos (pesquisa de método misto). Na investigação da sociedade civil e representantes institucionais utilizamos grupos focais com conselheiros do CDRS, das Câmaras Técnicas e com estudantes do ensino médio e superior, bem como entrevistas semiestruturadas em profundidade. Nesta etapa foram ouvidas 64 pessoas de vários setores sociais. Temos representações dos mais variados segmentos sociais: lideranças políticas, lideranças religiosas, lideranças de setores culturais, pequenos agricultores, empresários dos mais variados ramos e de empresas de vários portes (micro, pequenas, médias e grandes), ambientalistas, servidores públicos, pesquisadores, jovens estudantes (ensino médio e superior). Essas 64 pessoas foram escolhidas a partir da Nota Técnica 3 – Atores Sociais: matriz de composição e classificação –, fornecida pelo Instituto Jones dos Santos Neves. Também aplicamos a técnica *snowball* para mapear e confirmar algumas indicações de entrevista. Alguns recortes sociais não foram feitos intencionalmente, mas apareceram naturalmente a partir do caminho metódico descrito acima. Assim foram realizadas 08 entrevistas em profundidade, 18 questionários e 38 entrevistas por telefone (64 pessoas no total) na Região Central Serrana.

Do ponto de vista dos parâmetros éticos na pesquisa com seres humanos é importante mencionar que para todas as gravações em áudio e/ou vídeo solicitamos a devida autorização. Os trechos extraídos das entrevistas não foram identificados nominalmente em nenhum momento, conforme foi esclarecido aos entrevistados.

4.1 Apontamentos e discussões nas câmaras temáticas/CDRS/2019 e 2020

Central Serrana	1 - Segurança hídrica Coord.: Edgar Miertisk	Em 24/09/2020 foi realizada reunião da Câmara Temática Recursos Hídricos, mas ainda não validado no CDRS Nesse momento foram apontados como temas prioritários para a região: - Controle da Produção de energia na usina de Rio Bonito. - Investimentos do Governo Estadual para a “produção de água” na região Central Serrana. - Incentivo à novas tecnologias de irrigação e produção agrícola para agricultura familiar. - Possibilidade de utilização de recursos do Comitês de Bacias Hidrográficas para custeio de projetos de preservação. - Verificação junto a CESAN de investimentos para manutenção, preservação e recuperação de cursos hídricos. - Efetivação do Programa Reflorestar.
	2 - Infraestrutura rural Coord.: Ozeas Baldoto	Até o fechamento deste diagnóstico a Câmara Técnica ainda não havia se reunido, segundo informações da Secretaria de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo – SEDES.

5. Evidências integradas para o plano de ação

Neste tópico destacamos dados secundários – advindos de outros estudos recentes – e alguns pontos das entrevistas com conselheiros e representantes das câmaras técnicas dos CDRS. Entendemos serem itens centrais, para o debate com agentes públicos e representantes da sociedade civil organizada, tendo em vista a hipótese desta pesquisa.

5.1 Considerações acerca das questões do território/infraestrutura

Como meio de aperfeiçoar a infraestrutura na região Central Serrana sugere-se a definições de políticas públicas que identifiquem e criem incentivos de acordo com as vocações do território. Nesse relatório promove-se um diálogo entre os depoimentos e os documentos publicados sobre a região. Essa estratégia facilita a identificação de conflitos de perspectivas e favorece o desenvolvimento de política públicas. Inicia-se a discussão pela análise de depoimentos da população local.

Existia uma política no primeiro Governo Casagrande, de botar um produto por microrregião de acordo com o clima, de acordo com a expertise daquela população. Então por exemplo, tinha morango e pêssego em Santa Maria de Jetibá, tinha banana em Alfredo Chaves, manga em Colatina, uva aqui em Santa Teresa. Infelizmente isso acabou. Eles pulverizaram tudo. Hoje plantaram uva no Estado todo, entende? Isso cria uma enorme dificuldade porque você não tem como ter o mesmo tratamento nos vários tipos de Municípios com vários tipos de características. Então o que vai acontecer, vai ocorrer muito abandono. As pessoas não entendem. O que aconteceu em Santa Teresa, nós somos hoje um bom produtor graças aos grandes... Às pessoas que investiram realmente, no negócio que deu certo, e que continua na coisa. Então assim, o pequeno produtor abandonou.

[...] há uma disputa de água entre grande vitória e produção agrícola, usar água para abastecimento humano ou produção. Isso se agrava quando tem período de seca, aí fica meio que uma briga da nossa cidade contra o governo ao tomar uma decisão [...] eu conversei com entidades participativas do governo para que se crie mecanismo de melhorar a tecnologia da utilização da água pela agricultura, para evitar de punir o agricultor com a proibição de utilização dos equipamentos para irrigação das suas lavouras nos períodos de escassez. Outra ação é no sentido de preservar as nascentes da região próximos aos afluentes de cada rio, com algum tipo de incentivo, não sei qual se é fiscal, financeiro, liberação de financiamento agrícola para abertura de caixas secas na estrada, reter água para o lençol freático, alguma coisa nesse sentido [...]

Deste modo, o desenvolvimento regional sustentável não se alcançará com a pulverização de produtos sem considerar as características singulares da microrregião Central Serrana. A política pública necessita assumir uma estratégia que valoriza as vocações regionais e as potencialidades locais. No caso da Central Serrana sugere-se uma política integrada que analise os diversos elos do turismo, cultura e agricultura. Compreender esses elos e potencializá-los com as tecnologias de comunicação pode ser um caminho.

Nesse sentido, a questão da tecnologia de comunicação é vital para o desenvolvimento da região. Observa-se que as cadeias produtivas e os segmentos invisibilizados necessitam de suporte de internet, seja para produzir, expor e/ou comercializar seus produtos e serviços. Para além da questão da produção, uma internet com melhor qualidade influencia diretamente na possibilidade de melhoria da educação e desenvolvimento cultural (educação patrimonial e divulgação local).

Outro item estrutural para o desenvolvimento é a questão da energia elétrica – rede trifásica, que também aparece no item da agricultura. Isso se justifica devido aos equipamentos necessários para um processo de produção agrícola de qualidade. A ausência de uma energia adequada prejudica o controle e gera prejuízos para os agricultores.

Em relação à logística apareceram nas entrevistas os gargalos das passagens nos centros de Santa Teresa e Santa Leopoldina, como entraves ao trânsito de caminhões para escoamento da produção. Seriam necessários projetos robustos para desviar a passagem desses veículos, que hoje atravessam os centros históricos dessas cidades – afetando, inclusive, prédios tombados.

Sobre o saneamento, os dados indicam que:

- De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), em 2018, o índice médio de atendimento total do abastecimento de água ficou em torno de 47,9% da população. Ficando-se bem abaixo do índice médio de atendimento do Espírito Santo (81,2). Esse dado precisa ser entendido com a ressalva de que essa microrregião possui população residente em área rural superior à residente em área urbana. Assim, é necessário um acompanhamento por parte da AGERH ou outra instituição, acerca da qualidade da água consumida – para evitar contaminações.
- De acordo com os dados do SNIS, em 2018, o índice de coleta de esgoto na microrregião ficou em torno de 62%. De todo esgoto coletado apenas 86,9% é tratado, segundo os mesmos dados. É necessário um aumento no índice de tratamento de esgoto, tanto por conta da qualidade da água consumida pela população da própria região, como pela importância estratégica para o abastecimento da Região Metropolitana da Grande Vitória (com mais de 2 milhões de habitantes). Investir em tratamento de resíduos sólidos e esgoto nessa região diminui custos operacionais na RMGV.
- Expandir a coleta convencional de resíduos domiciliares para as zonas rurais dos municípios que fazem parte da microrregião.
- Implementar pontos de coleta para outros tipos de resíduos passivos de logística reversa, como no caso de resíduos sólidos gerados pela atividade empresarial.
- Disponibilização de dados referente a geração de resíduos na construção civil, mineração, agrossilvopastoril, saúde, industriais e agroindustriais.

Para habitação os dados sugerem o aprofundamento das seguintes questões:

- O déficit habitacional para trabalhadores do turismo, aliado à deficiência no transporte para locomoção, tem sido um fator de atenção para setores

- produtivos de serviços (apontado por representantes do segmento do turismo e referendado em reunião de apresentação de resultados parciais)
- Articular políticas de serviço de habitação da área rural, visto que a microrregião apresenta um índice alto de coabitação familiar na área rural.

5.2 Considerações acerca das questões sociais

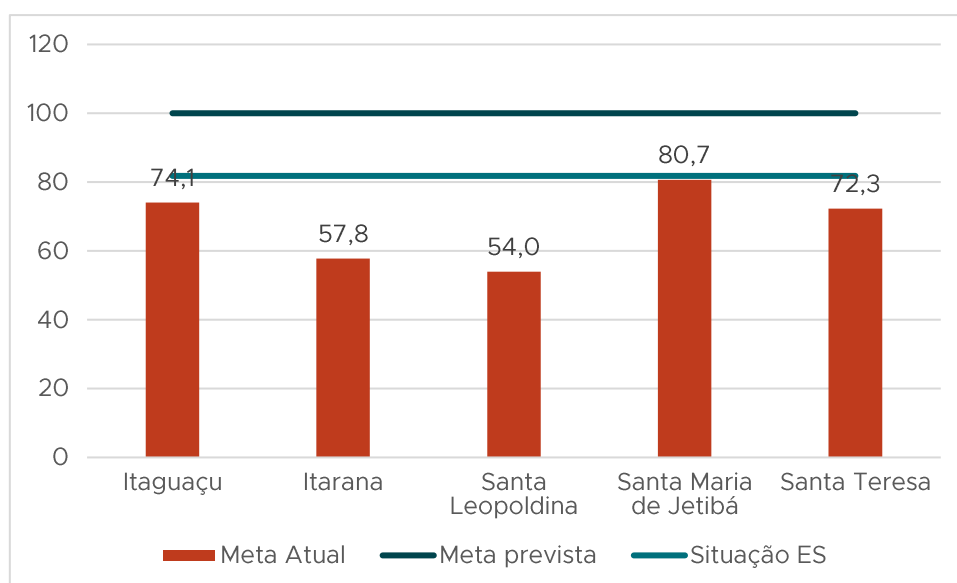
A educação é item central em qualquer projeto de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido vamos apresentar alguns dados coletados na pesquisa.

Tabela 1: Estudantes que não atingiram proficiência até o 3º ano do ensino fundamental

Municípios	Leitura	Escrita	Matemática
Itaguaçu	11.4%	17.9%	35.2%
Itarana	12.3%	26.0%	35.9%
Santa Leopoldina	10.8%	23.0%	58.7%
Santa Maria de Jetibá	10.0%	16.2%	33.3%
Santa Teresa	14.8%	18.8%	40.7%

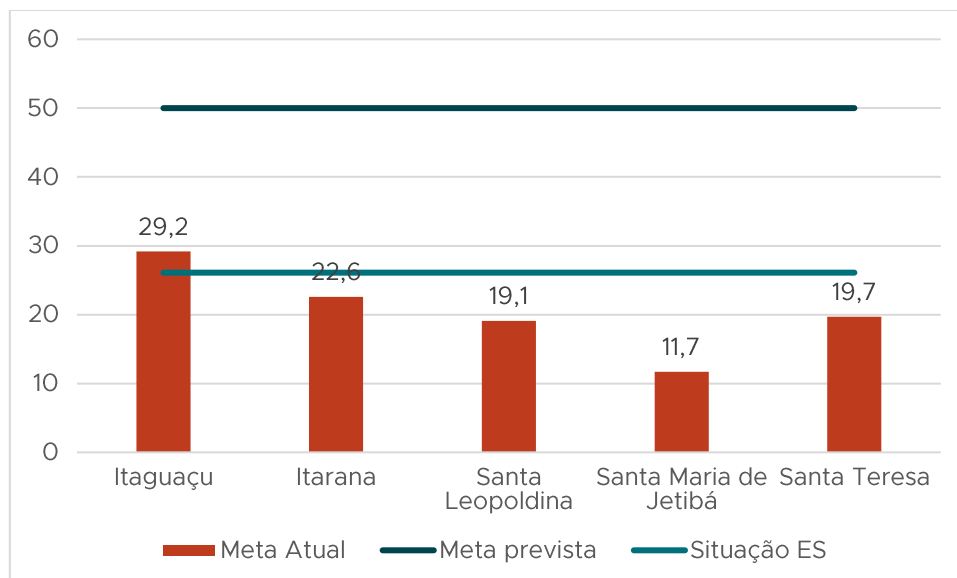
Fonte: INEP, 2018.

Taxa de atendimento escolar da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola/creche (%)



Fonte: INEP/PNE em Movimento, Ciclo 2018.

Taxa de atendimento escolar da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche (%)



Fonte: INEP/PNE em Movimento, Ciclo 2018.

IDEB das escolas públicas Central Serrana – 4ª série/5º ano

	Ideb Observado								Metas projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ESPÍRITO SANTO	3.7	4.1	5.0	5.0	5.3	5.5	5.9	6.1	3.8	4.1	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7	
ITAGUAÇU	5.0	5.1	6.1	5.6	6.5	6.5	6.4	6.8	5.1	5.4	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7	6.9
ITARANA	4.7	5.0	6.6	5.8	5.6	5.9	6.5	6.7	4.8	5.1	5.5	5.8	6.0	6.3	6.5	6.7
SANTA LEOPOLDINA	3.8	4.5	5.0	5.2	5.2	5.7	5.8	6.3	3.9	4.3	4.7	4.9	5.2	5.5	5.8	6.0
SANTA MARIA DE JETIBÁ	3.9	4.5	5.3	5.6	5.9	6.0	6.3	6.6	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8	6.1
SANTA TERESA	4.4	5.0	4.9	5.5	5.8	6.3	6.1	6.4	4.4	4.8	5.2	5.4	5.7	6.0	6.2	6.5

Fonte: INEP, 2020.

Nota: As células marcadas em azul mais claro representam as metas atingidas ou superadas.

IDEB de escolas públicas Microrregião Central Serrana – 8ª série/9º ano

	Ideb Observado								Metas projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
ESPIRITO SANTO	3.8	4.0	4.1	4.2	4.2	4.4	4.7	5.0	3.8	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.5	
ITAGUAÇU	4.4	4.4	4.7	4.7	4.9	4.7	5.5	5.7	4.4	4.6	4.9	5.2	5.6	5.8	6.1	6.3
ITARANA	4.2	4.6	4.4	5.1	5.4	4.4	4.7	5.5	4.3	4.4	4.7	5.1	5.4	5.7	5.9	6.1
SANTA LEOPOLDINA	3.4	3.5	3.9	4.1	4.2	4.6	4.6	4.5	3.4	3.6	3.9	4.3	4.7	4.9	5.2	5.4
SANTA MARIA DE JETIBA	3.8	4.0	4.0	4.7	4.0	4.0	4.8	5.1	3.8	4.0	4.2	4.6	5.0	5.3	5.5	5.8
SANTA TERESA	4.2	4.1	4.3	4.9	4.3	4.5	4.1	5.4	4.2	4.3	4.6	5.0	5.4	5.6	5.8	6.1

Fonte: INEP, 2020

Nota: As células marcadas em azul claro representam as metas alcançadas ou superadas.

Para o ensino fundamental II – 8ª série/9º ano – Santa Leopoldina é o único município com indicadores abaixo da linha do estado do ES. Para o ensino fundamental I também é o município com menores indicadores do IDEB, demonstrando a cadeia de eventos da educação. Serão necessários esforços concentrados para transformar a situação dos atuais alunos de 10 anos ou mais – idade média do último ano do fundamental I – para colher melhores resultados daqui a 4 anos, ao final do fundamental II.

Considerações acerca dos dados da educação para a elaboração do plano de ação da área temática:

- Internet: disponibilização de sinal de internet para estudantes (instalação de torres de recepção e distribuição de sinal), bem como subsídio para custear a contratação do serviço.
- Letramento digital (dificuldades referentes ao manuseio dos equipamentos e entendimento da linguagem adotada por essas ferramentas): necessidade crescente de formação continuada e qualificação, especialmente, voltada para o uso de tecnologias e adaptação da linguagem para o ensino híbrido.
- Qualificação dos professores: condições para aperfeiçoamento e formação continuada na mesma área de atuação.
- Acessibilidade à unidade escolar (tempo de deslocamento e qualidade das vias de acesso e transporte escolar): A falta de manutenção e condições de trânsito das estradas que dão acesso às escolas constitui, por parte dos órgãos responsáveis por ela, a obstrução do direito do estudante de estudar e amplia as desigualdades entre os usuários do sistema público de ensino. Solucionar este problema implica intersetorialidade entre os entes federados nas esferas municipais, estaduais e federais em virtude da responsabilização na manutenção das vias. Para tanto, além de sistemas de colaboração, o planejamento de ações coordenadas são cada vez mais necessários.
- Planejamento: A Microrregião Central Serrana enfrenta o desafio de espelhar as diretrizes da SEDU em quatro Superintendências Regionais de Ensino (SRE) diferentes, visto que, apesar do pequeno quantitativo de

municípios organizados nesta microrregião dos cinco municípios, apenas dois, pertencem à jurisdição da mesma SRE. O esforço de coordenação aumenta e por isso há necessidade de fortalecimento do trabalho intersetorial. O planejamento ampliado entre atores locais oportuniza a articulação e fortalecimento do capital social capaz de aumentar a capacidade organizativa da comunidade frente aos desafios coletivos

Para além das propostas relacionadas especificamente à temática educação, mas ainda no eixo social, os dados apontaram para as seguintes questões a serem aprofundadas:

- Internet: disponibilização de sinal de internet para estudantes (instalação de torres de recepção e distribuição de sinal), bem como subsídio para custear a contratação do serviço.
- Letramento digital (dificuldades referentes ao manuseio dos equipamentos e entendimento da linguagem adotada por essas ferramentas): necessidade crescente de formação continuada e qualificação, especialmente, voltada para o uso de tecnologias e adaptação da linguagem para o ensino híbrido.
- Qualificação dos professores: condições para aperfeiçoamento e formação continuada na mesma área de atuação.
- Acessibilidade à unidade escolar (tempo de deslocamento e qualidade das vias de acesso e transporte escolar): A falta de manutenção e condições de trânsito das estradas que dão acesso às escolas constitui, por parte dos órgãos responsáveis por ela, a obstrução do direito do estudante de estudar e amplia as desigualdades entre os usuários do sistema público de ensino. Solucionar este problema implica intersetorialidade entre os entes federados nas esferas municipais, estaduais e federais em virtude da responsabilização na manutenção das vias. Para tanto, além de sistemas de colaboração, o planejamento de ações coordenadas são cada vez mais necessários.
- Planejamento: A Microrregião Central Serrana enfrenta o desafio de espelhar as diretrizes da SEDU em quatro Superintendências Regionais de Ensino (SRE) diferentes, visto que, apesar do pequeno quantitativo de municípios organizados nesta microrregião dos cinco municípios, apenas dois, pertencem à jurisdição da mesma SRE. O esforço de coordenação aumenta e por isso há necessidade de fortalecimento do trabalho intersetorial. O planejamento ampliado entre atores locais oportuniza a articulação e fortalecimento do capital social capaz de aumentar a capacidade organizativa da comunidade frente aos desafios coletivos.

Para além da educação como elemento central dentro do eixo social, nossos dados indicam as seguintes propostas:

- Fortalecer e/ou criar projetos e ações voltadas para a autonomia das mulheres em todos os campos da vida social e não somente na agricultura e nos aspectos econômicos, com um trabalho sistemático e constante de auxílio e fomento à criação de organizações que visem a independência da mulher.
- Criação de planos e iniciativas de combate ao racismo estrutural, com ações articuladas e sistemáticas, sobretudo no campo – dada a forte vinculação cultural na microrregião com tradições alemãs e italianas, outras manifestações culturais acabam sendo invisibilizadas. Os dados de

nascimentos mostram essa invisibilização – o menor número de nascimentos de crianças pretas de todo o estado.

Microrregião	Cidades	Estatística de nascimentos de crianças pretas		Nascimentos totais	
		Crianças pretas 2009	Crianças pretas 2019	2009	2019
Central Serrana	Itaguaçu	1	2	123	140
	Itarana	1	-	112	112
	Santa Leopoldina	1	5	100	113
	Santa Maria de Jetibá	1	3	505	687
	Santa Teresa	2	3	272	298

Fonte: Datasus, 2020.

O total de nascimentos em 2009 e 2019 na Central Serrana, saiu de 1.112 nascimentos para 1.350 – um aumento de 21%. Enquanto isso, o nascimento de crianças pretas saltou 117%, saindo de 6 para 13 nascimentos – um número excessivamente tímido ainda, frente aos números de outras microrregiões e do estado do ES como um todo (representa menos de 1% dos nascimentos). Esse dado é ainda mais marcante quando analisamos a categoria “ignorada”, que atinge 93 nascimentos cuja cor/etnia não foi declarada.

Quadro Cor/etnia não declarada de nascidos em 2019

TOTAL	93
320270 Itaguaçu	7
320290 Itarana	14
320450 Santa Leopoldina	5
320455 Santa Maria de Jetibá	22
320460 Santa Teresa	45

Fonte: Datasus, 2020.

Esses dados, cruzados com outros relativos à perspectiva de desenvolvimento – questionário aplicado na microrregião – nos dá indicativos de que há invisibilização simbólica e material de negros – pardos e pretos – na região. Além disso, em entrevistas com secretários e secretárias de assistência social e correlatos, não foram apontados projetos para debater a inclusão de minorias na sociedade.

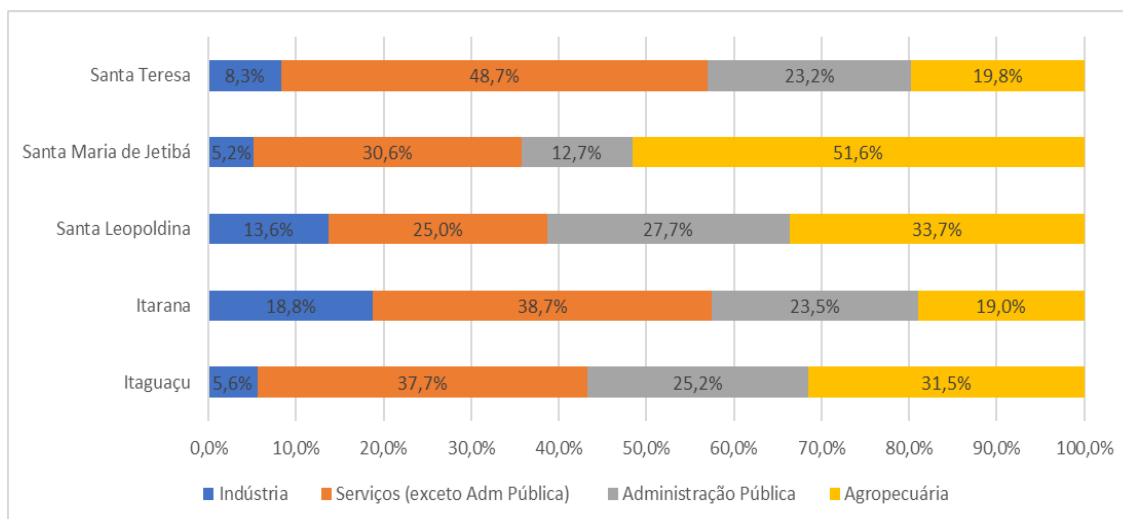
5.3 Considerações acerca das questões econômicas

As propostas para a economia para a microrregião Central Serrana foram obtidas a partir dos relatos das entrevistas em profundidade:

- Qualificar e capacitar mão de obra para diversos setores.
- Melhorar a infraestrutura de comunicação (internet e telefonia).

- Planejar adequadamente a expansão urbana, de modo a não acarretar futuros problemas de cunho ambiental como: dificuldade de abastecimento de água e de recolhimento de esgoto.
- Fortalecer as parcerias entre empreendedores e Sebrae/ES na região.
- Fortalecer associativismo e cooperativismo, estimulando o diálogo e alinhando objetivos visando sustentar projetos para a região.

Participação por setor dos municípios da Central Serrana



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IJSN e IBGE (2017).

Informações baseadas no PIB mostram que a Agropecuária é o setor que mais gera riquezas na microrregião – fortemente puxado pelo segmento de aves e ovos em Santa Maria de Jetibá. Contudo, segmentos com alto grau de informalidade, como o agroturismo, são bastante dinâmicos na microrregião. A esse respeito, abaixo seguem as considerações mais específicas.

Para o turismo, considerando a análise dos dados obtidos por meio das entrevistas, no caso desta microrregião, destaca-se como proposições para o desenvolvimento as seguintes propostas:

- Fortalecimento da governança regional.
- Fortalecimento e organização da gestão municipal, especialmente a atuação dos conselhos municipais de turismo.
- Priorização no âmbito da gestão pública, na disponibilização de recursos para o desenvolvimento regional.
- Criação de um grupo gestor para discutir e convergir as ações estratégicas de desenvolvimento da região (envolver as principais lideranças e órgãos como IFES, INCAPER, CONSELHOS, SENAC, SEBRAE, PREFEITURAS, etc.).
- Atualização do Inventário da Oferta Turística dos municípios que fazem parte da região;
- Elaboração do plano municipal de turismo para cada município da região;
- Criação de roteiros integrados na região para serem ofertados por meio de agências e operadoras de turismo.

- Criação do observatório do turismo, a fim de suprir as necessidades de levantamento de dados e mapeamento da cadeia produtiva específicos da região.
- Implementar e monitorar a região por meio de pesquisas com o intuito de compreender o perfil, gasto médio e o número de turistas que circulam no território;
- Elaboração do plano de marketing para a região.
- Implantação de ações de manutenção e melhoria contínua nas estradas.
- Melhora na infraestrutura turística como implantação e adequação de sinalização turística, tratamento de água e esgoto.
- Estruturação de produtos turísticos, voltados para a economia da experiência como matriz a agricultura, pecuária, agroturismo, ecoturismo, turismo cultural e suas especificidades.
- Promover orientação para os produtores sobre a legislação pertinente à obtenção dos selos e para a concessão do selo aos produtores.
- Qualificação contínua da mão de obra local.
- Consolidação e fortalecimento de roteiros e circuitos turísticos já existentes.
- Promoção e divulgação dos produtos turísticos.
- Promoção do acesso à tecnologia para melhoria dos serviços e oferta de novos produtos para o mercado.
- Realização de eventos com o intuito de minimizar a sazonalidade e estimular o fluxo de turistas.
- Para a Agropecuária, emergiu da análise dos dados a proposta de fomentar:
- Nos CDRS políticas regionalizadas - micropolíticas, entendida no ES 2030 como aquela que é feita no âmbito das comunidades, incluindo no processo os movimentos sociais, as organizações não governamentais, sem a condução tão somente pelo aparelho do Estado.
- Promover a regularização fundiária - por meio de um censo rural, identificar e dar a posse da terra pois sem ela o agricultor não acessa as políticas públicas, como exemplo o crédito rural. Com a posse da terra há possibilidade de emitir mais nota fiscal - Inovação.
- Instituir Políticas públicas de crédito e de comercialização (PAA/PNAE) (compra pública) - funcionarão como mola propulsora para os agricultores, dessa forma vai garantir mercado para o alimento proveniente da agricultura familiar. Tais políticas podem servir como instrumento gerador de diversificação da produção nos estabelecimentos agropecuários.
- Criar um Programa de diversificação - antes realizar uma leitura da realidade, promover o desenvolvimento local adaptado às características da microrregião Central Serrana.
- Criar um programa de inclusão produtiva - investir naquilo que o produtor já faz em seu estabelecimento, pois fomentar a atividade que ele tem afinidade pode gerar mais benefícios do que incentivar a iniciar uma nova atividade.
- Programa de venda direta; trabalhando as cadeias curtas de comercialização (feiras, venda direta) com intuito de diminuir os custos com atravessadores e com a logística de transportes.

- Implantação de rede de energia elétrica trifásica para as atividades do setor agropecuário no campo.
- Articular um ponto de comercialização de produtos provenientes da agricultura familiar.
- Avaliar a sustentabilidade dos agroecossistemas por meio de um estudo individualizado das propriedades pois conhecer e discutir as características destas unidades de produção são questões importantes para o desenvolvimento de políticas públicas.
- Fomentar a criação de sistemas participativos de garantia da conformidade orgânica para estimular o aumento de agricultores orgânicos certificados por meio da OPAC (Organização Participativa de Avaliação da Conformidade) ou OCS (Organismo de Controle Social).
- Fortalecer a agroecologia, a assistência Técnica Rural (ATER) e as políticas públicas.

5.4 Considerações acerca das questões ambientais

O total de área de reserva legal averbada na microrregião é de 8.640,81 ha, o que equivale a 13,48% do território desta. A porcentagem que a reserva legal ocupa em cada município é variável, no quadro abaixo segue as informações de área e porcentagem de área referente a reserva legal em cada município.

Área e porcentagem de área referente a reserva legal em cada município.

Município	Área do Município (ha)	RL Averbada (ha)	RL Proposta (ha)	% por Município
Itaguaçu	53517,67	1173,99		2,19
			5798,11	10,83
Itarana	29520,95	1168,18		3,96
			2358,94	7,99
Santa Leopoldina	71798,50	2321,23		3,23
			9101,74	12,68
Santa Maria de Jetibá	73532,79	1156,04		1,57
			7898,73	10,74
Santa Teresa	68310,86	2821,36		4,13
			6117,67	8,96
Total	296680,77	8640,81	31275,18	

Fonte: SICAR - Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural. Base de Download dos Imóveis Rurais, última atualização em 18/02/2020.

A microrregião Caparaó possui 16 Unidades e Conservação de Uso Sustentável e 3 (três) Unidades de Conservação de Proteção Integral, sendo apresentadas no Quadro a seguir

Unidades de conservação identificadas na região.

Unidade de Conservação	Tipo
APA do Goiapaba-Açu	Uso Sustentável
Estação Biológica de Santa Lúcia	Proteção Integral
Estação Biológica de São Lourenço	Proteção Integral
Reserva Biológica Augusto Ruschi	Proteção Integral
RPPN Bei Cantoni	Uso Sustentável
RPPN Beija Flor	Uso Sustentável
RPPN Dom Pedro	Uso Sustentável
RPPN Linda Laís	Uso Sustentável
RPPN Linda Sofia	Uso Sustentável
RPPN Macaco Barbado	Uso Sustentável
RPPN Meu Cantinho	Uso Sustentável
RPPN Olho D'água	Uso Sustentável
RPPN Olívio Delaprani	Uso Sustentável
RPPN Palmares	Uso Sustentável
RPPN Pau a Pique	Uso Sustentável
RPPN Rancho Chapadão	Uso Sustentável
RPPN Rancho Chapadão II	Uso Sustentável
RPPN Vale do Sol I	Uso Sustentável
RPPN Vale do Sol II	Uso Sustentável

Fonte: IEMA MAPEAMENTO ES - GEOBASES, 2012-2015.

Na microrregião Central Serrana foram encontradas 12 diferentes classes de uso do solo, são elas: Afloramento/Campo Rupestre, Brejo, Cultivos, Extração/Mineração, Macega, Massa d'água, Mata Nativa em Regeneração, Pastagem, Reflorestamento, Solo Exposto, Área Urbana/Edificada e Outros. A classe que ocupa maior extensão territorial é a de Mata Nativa que está presente em 31,87% da microrregião em contrapartida as áreas que ocupam menor parte sendo representada por menos de 1% são as de Área Edificada (0,281%), Brejo (0,308%), Campo Rupestre-Altitude (0,061), Extração Mineral (0,030%) e Massa D'água (0,030%). O Mapa "USO E OCUPAÇÃO DO SOLO – MICRORREGIÃO CENTRAL SERRANA", a seguir, apresenta a espacialização de usos.

apresentados, há necessidade de fortalecimento de coletivos que façam a articulação dos interesses de grupos invisibilizados nas discussões regionais.

- Aumentar a capacidade de captação de recursos, inclusive de fundos estaduais.
- Incluir na agenda pública a temática inovação como meio para aumentar a capacidade de entrega para a sociedade – inclusive para capacitação de servidores.
- Fortalecer sistemas de governança compartilhada com a sociedade.

6. Considerações finais

Todo esse esforço de pesquisa, que encerra essa fase da pesquisa com o diagnóstico, revelou um ganho metodológico significativo. Ainda será desafio incluir na cultura política os debates regionalizados. Por isso, recomenda-se que essa proposta tenha continuidade, principalmente fomentando pesquisas no interior do Espírito Santo, para criar centros de estudos de desenvolvimento regional. Mobilizar atores sempre é uma questão central no debate de políticas públicas e a interiorização das ações de pesquisa é essencial – principalmente com foco em setores sociais invisibilizados ao longo da história do desenvolvimento capixaba.

Promover o desenvolvimento regional sustentável é possível e necessário. Para tanto é preciso propostas que envolvam toda a comunidade na busca das soluções e enfrentamento dos desafios. As alternativas devem ser trabalhadas de forma participativa, colaborativa e organizada, envolvendo todos os atores sociais, utilizando critérios técnicos e ações aprofundadas de pesquisa e desenvolvimento. É nesse contexto que este diagnóstico se insere e inaugura a segunda fase: a do plano de ação para a microrregião Central Serrana, com a pactuação de programas, projetos, ações, metas e responsáveis.

7. Referências bibliográficas

ESPÍRITO SANTO. **Plano de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - 2030**. Vitória, ES: Governo do Estado do Espírito Santo, 2013. v. 1.

ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Recursos Hídricos do estado do Espírito Santo**, 2018a. Disponível em: <https://perh.es.gov.br/Media/perh/Arquivos%20Biblioteca/Cadernos/Caderno_Plano_de_Acoes_PERHES.pdf>. Acesso em 31 de outubro de 2020.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação, PNE em movimento. Relatório de Linha de Base - Meta Educação. Governo Federal. 2018/2020. Disponível em http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php Acesso em 01 nov de 2020.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, Resultados e Metas. 2020.

Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado> Acesso em 01 nov de 2020.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN. **Panorama das Microrregiões capixabas.** Disponível em:

http://www.ijsn.es.gov.br/images/files/projetos/desenvolvimento_regional/Panorama_Microrregiao_Central_Serrana.pdf. Acesso em 01 março de 2021.

Organização das Nações Unidas - ONU, Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. **Relatório Social Mundial.** Nações Unidas, 2020. Disponível em: <https://www.un.org/development/desa/dspd/wp-content/uploads/sites/22/2020/01/World-Social-Report-2020-FullReport.pdf>.

Acesso em 01 março de 2021.

SANTOS, Leonardo Bis dos; MALACARNE, Robson. **Desenvolvimento Regional Sustentável:** revisar conceitos para construir novas alternativas. Curitiba: CRV, 2020.

SISTEMA INTEGRADO DE BASES GEOESPACIAIS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - GEOBASES. **Bases Cartográficas do Espírito Santo.** Disponível em: <https://geobases.es.gov.br/downloads>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. **Base de Download dos Imóveis Rurais.** Disponível em: <https://www.car.gov.br/publico/municipios/downloads?sigla=ES>. Acesso em 10 de setembro de 2020.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS. **Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgoto 2018.** Brasília, 2019.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS. **Série histórica.** 2020.